

Calendário 'fantasma' tem muitos projetos de pouco ou nenhum impacto

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

A nova Legislatura de Jundiá, iniciada em janeiro de 2017, propôs até 26 de outubro 23 projetos de inclusão de datas num calendário municipal de eventos que não existe de fato, apesar de ser amplamente citado no Legislativo. Foram propostos também 14 projetos de denominação ou rednominação de praças, prédios ou ruas e 11 proposições repetidas.

Tudo isso ilustra a grande "fome" por parte dos 19 vereadores da cidade em apresentar propostas com pouca ou nenhuma relevância ao município, segundo levantamento feito pelo Jornal de Jundiá. Projetos como esses são considerados de baixo impacto também pelo Movimento Voto Consciente, que avalia os vereadores de acordo com diversos critérios - inclusive se determinada proposição apresentada irá, de fato, mudar a vida dos munícipes.

Levando-se em conta apenas os projetos de inclusão de datas no calendário municipal (23) e considerando que, retiradas as férias e recessos da

Câmara, são realizadas em média 44 sessões ordinárias anuais, pelo menos metade das sessões do ano apresentam projetos de inclusão no calendário. Entre as datas incluídas este ano, estão o Dia do Estagiário, que segundo o Projeto de Lei (PL) 12.352, de autoria do vereador Arnaldo da Farmácia (PDT), deve ser comemorado todo dia 4 de junho. Já existe um Dia Nacional do Estagiário desde 2013, comemorado anualmente no dia 18 de agosto e instituído por projeto de lei federal.

Outra data que foi considerada incluída no calendário foi o Dia do Administrador - todo dia 9 de setembro -, segundo PL 12.369, do vereador Leandro Palmarini (PV). O Dia do Administrador também já é comemorado nacionalmente na mesma data e foi instituído pelo Conselho Federal de Administradores através da Resolução 65/68, de 1968.

Segundo o presidente da Câmara, Gustavo Martinelli, as inclusões de datas no calendário são uma demanda da sociedade. "Alguns grupos procuram os parlamentares para instituir datas", afirma. A voluntária do Voto Consciente, Marcia Pires, explica que esse



NO PLENÁRIO Vereadores propõem muitos projetos ligados a datas e a doenças

tipo de projeto não é pontuado na avaliação do Movimento. "É meramente eleitoreiro e não traz mudanças na vida no município", diz. Marcia também afirma que o calendário municipal não está acessível, apesar das infinitas inclusões de datas nele efetuadas. "Esse calendário é uma incógnita. Pedimos para vê-lo há vários anos, porém nunca o vimos. Não existe no site, em lugar nenhum", emenda. Martinelli, porém, diz que o calendário

está no site da Câmara e da Prefeitura de Jundiá.

Baixo impacto, de novo

Outros projetos de baixo impacto que são constantemente apresentados na Câmara pretendem denominar e, às vezes, rednominar praças, prédios e ruas. Um deles é o PL 12.219, do vereador Antônio Carlos Albino (PSB), para que a Praça do Ciclista, no Eloy Chaves, vire "Praça do Ciclista Marcelo Rosa Batista". Martinelli

admite que esses projetos prestam apenas homenagem. "Geralmente, coloca-se o nome de alguém que teve grande importância para o bairro", afirma.

Para Marcia Pires, alguns vereadores claramente estão mais interessados na quantidade do que na qualidade de projetos. "Ninguém pode dizer que a avaliação incentiva isso, pois se o projeto é de baixo impacto, os vereadores perdem ponto". Ocorre com frequência também a apresentação de propostas redundantes apresentadas por mais de um vereador. O nome muda, alguns termos mudam, mas a ideia é a mesma. O PL 12.383, de Arnaldo da Farmácia, institui o programa "Empresa Amiga do Esporte", que propõe basicamente a mesma coisa que o PL 12.303, de Cristiano Lopes (PSD), que incentiva empresas a fornecer materiais a atletas e entidades esportivas locais em troca de benefícios publicitários.

Às vezes, o mesmo projeto é apresentado e retirado diversas vezes pelo mesmo vereador. Como exemplo, uma proposição para regular o exercício da atividade de guardador e lavador autônomo de veículos foi apresentada e reti-

rada duas vezes. Depois, foi novamente proposta pelo mesmo vereador. Segundo o presidente da Casa, isso ocorre porque o vereador corrige o texto. "É melhor do que ficar remendando o projeto depois".

O que pode ser feito para se diminuir a quantidade de projetos pouco ou nada relevantes? Márcia Pires sugere eleger vereadores melhores. "É preciso votar em parlamentares com mais autocrítica, interessados em resolver problemas coletivos", afirma. Ela alega que muitos projetos são apresentados para beneficiar apenas um grupo específico. "O vereador quer agradar quem o elegeu, o que não é ruim, mas a função dele é resolver os problemas públicos, não apenas de seu eleitorado".

Gastos

De janeiro a setembro deste ano, a Câmara de Jundiá gastou - somente com pessoal - mais de R\$ 16,9 milhões. Se esta cifra for somada a uma previsão de outubro, com base na média dos meses anteriores, os gastos seriam de R\$ 18,8 milhões. Ou seja, cada vereador está custando, somente com pessoal, R\$ 110,7 mil por mês.